

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA

PERNAMBUCO

Av. Marechal Deodoro da Fonseca, S/N
Fones: 626 0416 - 626 0177 - CGC 10.160.043/0001-07

LEI N° 1.673, DE 20 DE MAIO DE 1992


EMENTA: Dispõe sobre a incidência do IPTU
sobre loteamentos urbanos; cria in-
centivo fiscal para empreendimento
hotelero no Município e dá outras
providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIANA, no uso de suas
atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - A incidência do Imposto Predial Territorial URBANO-IPTU
sobre loteamentos urbanos, dar-se-á a partir da data de
alíquota da cada um dos respectivos lotes que o compõem.

§ 1º - Para aplicação do disposto no caput deste artigo,
fica o proprietário do loteamento, na obrigação
de fornecer ao órgão municipal competente, a cada período de 30 (trin-
to) dias, listagem das vendas ou promessas de vendas dos lotes indi-
víduais, indicando nome, endereço e o número do Cadastro de Pessoas
Físicas do Ministério da Fazenda-CPF/MF dos respectivos compradores,
bem como o valor de cada negócio.

§ 2º - A inobservância do disposto no parágrafo anterior,
faculta ao Município a cobrança do imposto sobre
todo o loteamento, mesmo não tendo havido qualquer negócio com
lotes individuais.

§ 3º - Ocorrendo discrepância entre o valor do negócio e
a avaliação do lote procedida pelo Município, pro-
valocerá para efeito de base do cálculo do imposto, o maior valor.

.../...

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA

PERNAMBUCO

Av. Macrorod Dendro da Fonseca, S/N
Fones: 626 0416 - 626 0177 - CGC 10.150.043/0001-07

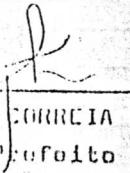
ARTIGO 2º - A venda ou promessa de venda de cada lote competente do lotamento urbano, acarretará a imediata incidência do Imposto Predial Territorial Urbano-IPTU, a contar da data da celebração do contrato, cobrável tal tributo nos adquirentes ou promovidos adquiridores.

ARTIGO 3º - Qualquer projeto hoteleiro que venha a ser implantado no Município, gozará de isenção do Imposto Sobre Serviços - ISS, durante cinco anos, contados da data da efetiva operacionalização do empreendimento.

Parágrafo único - Para usufruir os benefícios da que trazeste este artigo, o empreendimento deve estar totalmente regularizado perante os órgãos municipais, federais e estaduais.

ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Goiana, 20 de maio de 1992.


ANTONIO CARLOS CORREIA DE SOUZA
- Prefeito -